

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 5 de setembro de 2022 - Ata n.º 90.

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Dr. Batista** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **90.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Dr. Batista – UNIÃO): Sim, Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 89, de 31 de agosto de 2022, antecipada para o dia 30 de agosto de 2022.) É o que consta na Ata, Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde. Sim, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 993/2022** da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 430/2022) que cria cargos no quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências; **Ofício n.º 2637/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 2533/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 2644/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2215/2022, do Deputado Marcel Micheletto; **Ofício n.º 2638/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura ao Requerimento n.º 2623/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 2635/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 2335/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 2643/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2297/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 2634/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1903/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofícios n.ºs 2636 e 2639/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo aos Requerimentos n.ºs 7427 e 7428/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 2641/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2674/2022, do Deputado Soldado Adriano José; **Ofício n.º 454/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 396/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.215; **Ofício n.º 2642/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1941/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 1304/2021** do Ministério Público do Estado, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 6383/2021, do Deputado Homero Marchese...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*. Desculpe, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Pois não.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, recebi agora uma solicitação dos Presidentes dos Sindicatos do Sinclapol, do Sindicato do Sindarspen e do Sindicato de Saúde, para acompanharem a Sessão, e eles estão dizendo que não estão sendo autorizados a serem cadastrados para entrar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, se forem apenas os Presidentes, estamos autorizando.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas o que impede que as pessoas acompanhem hoje, Sr. Presidente? Tem alguma coisa especial?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estamos aí, pela informação, com mais de 150 pessoas para entrar...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas algumas pessoas acho que sempre podem entrar, Sr. Presidente. Não tem sentido! Fizemos alguns entendimentos inclusive aqui para antecipar as Sessões, entre a Oposição, o Líder do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Os representantes dos sindicatos têm autorização para entrar, sem nenhum problema.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não tem sentido as pessoas não poderem acompanhar esse negócio aqui. Aliás, nunca vi isso, Sr. Presidente, a não ser em situações excepcionais.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Não tem cem pessoas lá fora, Sr. Presidente, para entrar, não dá cem pessoas.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Falo isso porque sempre acompanhamos. Se as pessoas se comportam aqui, tudo bem; se não se comportam, a regra é sempre a mesma.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): São servidores públicos, Sr. Presidente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não podem vir ver a votação da LDO?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): É servidor público, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, com a sua concordância e se houver a presença dos líderes aqui, sem a manifestação como costumeiramente acontece, e de sua responsabilidade, vamos autorizar, sem problemas.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, vou sair para conversar com as pessoas que estão lá, colocar a sua posição e ver o que eles pensam disso. Agora, de antemão deixo claro, assim, não lidero ninguém lá fora, sou só Deputado, aliás, como todos aqui. Agora, fica estranho que digamos que as pessoas não possam entrar aqui de antemão para não criar tumulto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, não estamos barrando, até porque nas galerias já tem aí uma porção quero crer que líderes ou servidores que estão já nas galerias aqui.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não tem ninguém.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já tem um público nas galerias, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, tem cinco pessoas aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência tem que olhar na galeria lá em cima, não aqui embaixo. Olhe lá.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas vou descer de qualquer forma falar com a Presidente do SindSaúde e do Sindarspen, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É de sua responsabilidade.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, não é minha responsabilidade, não, o Presidente é o senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sou Presidente, Deputado Tadeu, agora quero, enquanto Presidente, manter a ordem aqui dentro, só isso. Com essa condição, autorizo entrarem aqui.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Vou conversar com os Presidentes dos sindicatos e vamos ver o que fazemos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Deputado Romanelli, para a sua conclusão.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Seguimos. **Ofício n.º 536/2022** do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, encaminhando informações referentes à celebração de convênio junto à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho objetivando a execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado do Paraná; **Ofício n.º 2609/2022**, encaminhando relatório da Secretaria de Estado da Fazenda com as atividades referentes ao exercício financeiro do 1.º semestre de 2022 do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná; **Ofício n.º 452/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 360/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.214; **Ofício n.º 448/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 394/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.212; **Ofício n.º 450/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 379/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.209; **Ofício n.º 455/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 409/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.216. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, em função da licença solicitada pela Deputada Maria Victória, vamos dar posse hoje ao Deputado Natan Sperafico. Está aqui na companhia de seus familiares, Ruy Fonsatti Junior, Thaís e Julia Sperafico Fonsatti, nosso sempre Deputado Federal Dilceu João Sperafico, Sr.^a Iraci Josefina Sperafico, Vitoria Zanella Tonin e Vanderlei Queiroz. São familiares e amigos que estão prestigiando o Deputado Natan. Solicito neste momento ao Deputado Natan para proferir o compromisso regimental aqui no microfone.

DEPUTADO NATAN SPERAFICO (PP): “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná e observar as leis, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense, e promover o bem de meu Estado. Assim prometo.”

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, convido o Deputado Natan Sperafico para assinar o termo de posse aqui na mesa. Solicito ao Deputado Sperafico e à sua esposa que venham aqui fazer uma foto com o filho. Tendo V.Ex.^a, Deputado Natan, assumido o compromisso regimental, neste momento o declaro empossado Deputado Estadual.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, *pela ordem*. Tenho uma pergunta para o nosso 1.º Secretário Romanelli. Colocamos detectores de metais em todas as portas, eles não estão funcionando para não deixarmos o pessoal entrar, Presidente, ou tem outro problema?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, por favor.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputado Romanelli, colocamos detectores de metais em todas as portas da Assembleia justamente para não impedir mais o pessoal de entrar. Eles estão funcionando? Estão em ordem?

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Excelência, *data vênia*, Presidente, claro que estão funcionando, Deputado Maurício. Está tudo de acordo com o que prevê as alas.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Então, Presidente, poderíamos deixar o pessoal entrar, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, já autorizei a entrada. Não há mais motivo para questionamento, Deputado. Já estão autorizados. Já determinei aqui inclusive. Ok, pode liberar.

Primeiro orador inscrito, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Michele Caputo; Anibelli Neto; e Bazana.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, Mesa Diretora, Deputadas, Deputados. De forma muito especial os nossos convidados aqui da plateia. Quero parabenizar o Deputado Sperafico que assume na licença da Deputada Maria Victória. Queria pedir uma atenção especial de todos para o Item 8 da pauta da primeira reunião nossa, que diz respeito à transparência na fila do SUS. É um Projeto com a Deputada Luciana Rafagnin e também se somou o Projeto, na sequência, o Deputado Gilson de Souza. Já aprovamos esse Projeto na CCJ, na Saúde, já passou aqui em 1.^a votação e tivemos que fazer uma composição. Entendemos que esta Casa é uma Casa que tem que buscar consenso e, em cima disso, ajustamos algumas questões, quero agradecer aqui ao Líder do Governo Marcel Micheletto, e hoje está indo para a segunda. Como vamos ter mais duas Sessões, espero aprovação hoje, Deputada Luciana, desse nosso Projeto, que é um dos projetos mais importantes para assegurar direitos do nosso povo e da nossa gente. Todos têm que saber que lugar estão na fila, como essa fila está andando, se é que está andando, quem está tendo prioridade nessa fila, não só para cirurgias eletivas, mas também para exames e para consultas especializadas. Então, julgo como um dos projetos mais importantes deste ano. Quando você garante direitos, quando você dá transparência para o processo, não é para o gestor se achar pressionado. Na verdade, se você quer resolver um problema, você tem que saber o real tamanho dele. Com a transparência na fila, os nossos Secretários Municipais, Secretário de Estado, os Governos vão poder priorizar mutirões nas áreas onde as filas não estão andando, até

porque as pessoas precisam entender, porque hoje a informação que elas têm é aquela que a Unidade Básica de Saúde dá, ou seja, *você está na fila de espera*. Mas essa espera é um dia, uma semana, são dez anos? Então, julgo extremamente importante o conjunto dos Deputados e Deputadas aqui da Assembleia Legislativa do Paraná nos apoiarem aprovando esse Item 8, porque dessa forma mostramos a contribuição desta Casa para o processo de saúde do nosso povo e da nossa gente. Boa tarde. Bom trabalho a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Ademar Traiano, Sr.^s membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*, nossos visitantes, funcionários desta Casa. Subo à tribuna nesta segunda-feira com muita alegria e satisfação para fazermos, Deputado Elio Rusch, um pequeno resumo do que foi a luta neste mandato. Desafios, bandeiras, enfrentamentos que valeram à pena e que, sem sombra de dúvida, deixam a nossa marca de contribuição não só para a vida de todos os paranaenses, como também na vida do nosso Partido que tenho muito orgulho de ser hoje Presidente Estadual do MDB. Quero iniciar falando do grande movimento que fizemos no Estado do Paraná em favor de ficar o Estado sem a vacinação da febre aftosa. Como Médico-Veterinário, tive orgulho de percorrer o Estado com o Secretário Ortigara, com o Presidente da Faep, Ágide Meneguette, e mostramos a importância de poder avançar. Isso tudo foi finalizado em uma grande audiência, nesta Casa, à qual acredito tenha sido a maior audiência da história do Poder Legislativo, onde quase 2 mil agropecuaristas, de forma ordeira, aqui se mantiveram e escutaram os prós e os contras, e com a grande maioria resolvemos, sim, fazer o pleito para que isso acontecesse. Quero aqui parabenizar o Governador Ratinho Junior pela atitude enérgica no sentido de enfrentar aqueles que não queriam fazer as políticas público-privadas para fortalecer a fiscalização, contratar os médicos-veterinários necessários. E, depois de um ano, senhoras e senhores, deste movimento, tivemos, em uma Audiência Pública no Palácio Iguaçu, prestação de contas de tantas coisas positivas que a agropecuária paranaense recebeu.

Agricultura e pecuária levam o Paraná à frente e depois desse *status* sanitário, sanidade animal, significa que o produto de origem animal, seja a carne bovina, a carne do peixe, a carne de frango, a carne suína, inclusive o leite, possam entrar em novos mercados com valor melhor. Isso do ponto de vista prático significa mais de 6 bilhões de reais investidos no Estado do Paraná, porque tem esse novo *status* sanitário, além da criação de mais de 14 mil empregos. Lutas como essa valem à pena. E também não poderia deixar de dizer do orgulho, da satisfação de ser hoje Presidente do MDB do Paraná. De ter rodado o Estado, de ter feito convite a novas lideranças. De ter, inclusive, feito um pronunciamento, nesta Casa, dizendo que todos seriam muito bem-vindos, desde que tivessem a capacidade de entrar pela porta da frente, pelo diretório municipal. E hoje a menos de quatro semanas das eleições, temos a alegria, a satisfação, de que o compromisso que tínhamos de formar novas lideranças, de forjar novos quadros, isso está acontecendo no Estado do Paraná. Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, União da Vitória, Irati, Colombo, Ponta Grossa, Rolândia, Curitiba, São Mateus do Sul, Paranaguá, Ventania, Cambé, Nova Esperança, Guarapuava, Quedas do Iguaçu, Ibiporã, Cianorte, Pinhais, São José dos Pinhais virão, a partir dessas eleições, de novas lideranças, crescendo, fortalecendo e o mais importante, o sentimento deste Partido que tem história e serviço prestado e que nos enche de orgulho nos quatro cantos, principalmente por ter lançado a esperança que está acontecendo no povo brasileiro. Digo, claramente, da Senadora Simone Tebet que é a nossa candidata a presidente, ela que lidera o centro democrático com o PSDB, com o Podemos e com o Cidadania, faz um trabalho maravilhoso e quem não a conhecia teve o privilégio de conhecer no Jornal Nacional; e quem não a conhecia chegou a ver como ela foi bem no debate, colocando todos os ex-presidentes no bolso, mostrando conhecimento, capacidade e não prometendo o que é impossível. Tenho orgulho de dizer que o MDB volta a ser protagonista no cenário nacional, colocando à disposição um quadro preparado, competente, sério, fixa-limpa chamado Simone Tebet. E que venham as eleições, vamos ver o que vai acontecer e que o povo brasileiro tenha a capacidade de escolher os seus representantes que possam, efetivamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Senhor Presidente, Ademar Traiano, todos os membros da nossa Mesa, boa tarde Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, todos os presentes nesta Casa maravilhosa. Primeiramente quero parabenizar o nosso novo companheiro, Natan Sperafico, por assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná. Hoje quero falar de um evento maravilhoso que aconteceu na última quinta-feira, onde todos os corretores de imóveis foram homenageados e também puderam marcar, aí, realmente o início dessa carreira que faz com que as pessoas possam concretizar seus sonhos. Então, quero parabenizar, nesta tarde, todos os corretores de imóveis do Paraná e também enaltecer esse trabalho maravilhoso que eles fazem. Quero agradecer o convite maravilhoso que tive de participar desse evento, na última quinta-feira, com toda a diretoria de diversos segmentos na área imobiliária. O Paraná é um Estado que mais cresce, é um Estado que realmente atrai muitos investidores e com isso conseguimos que essa carreira, dos Corretores de Imóveis, possa crescer cada vez mais, porque são muitos empreendimentos para o Paraná. Quero também, nesta tarde, enaltecer e agradecer ao nosso Governador Ratinho Junior, um Governador que tem sido muito sensível na causa da pessoa com deficiência, tem aberto as portas para que todas as instituições possam realmente ter a sua voz e agora ele, cada vez mais, anunciando as novas aí na área da educação especial atendendo a mais de 402 entidades por todo o Paraná. Com essa sensibilidade, cresce muito mais a nossa tratativa com a pessoa com deficiência, a forma de tratar a pessoa com deficiência com muito mais dignidade e respeito. O anúncio de uma futura construção de novas escolas, para atender e esse ser humano tão especial, deixa-nos muito felizes. Por isso, nesta tarde, venho agradecer de coração ao nosso Governador Ratinho Junior, agradecer a todos os secretários e a todos os Deputados que fazem parte desse trabalho nessa união, desse conjunto com a nossa Assembleia Legislativa do Paraná e com o Governo do Estado, para atender a esse ser humano que muito necessita, Dr. Batista, de atendimento diferenciado. E temos recebido, de portas abertas, todo o nosso trabalho, com o Governador Ratinho Junior, todo o secretariado, o nosso Vice-

Governador Darci Piana também muito sensível com a causa, e todos os nossos irmãos Deputados também. Todas as vezes que trazemos uma demanda, somos muito bem acolhidos dentro desta Casa. Então, ao nosso Governador, a todos os Deputados o nosso agradecimento nesta tarde. Obrigado ao nosso Presidente, Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, cumprimentar a população que acompanha esta Sessão, cumprimentar os servidores e servidoras públicas que estão aqui na Casa, servidores e servidoras de várias regiões, de várias categorias do serviço público; servidores da ativa, servidores também aposentados; no caso da Polícia, os servidores que são da reserva que aqui acompanham a Sessão. Quero fazer um cumprimento também ao Natan Sperafico, que hoje assumiu o mandato aqui na Assembleia. Seja bem-vindo. E que possamos construir juntos aqui bons projetos. Quero cumprimentar a família do Natan, ao cumprimentar o Ex-Deputado Federal Dirceu Sperafico, que é da nossa vizinha Toledo, próximo a Cascavel, e que acompanhou hoje aqui com a sua família a posse do Natan. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, população que acompanha esta Sessão, estamos acompanhando a luta dos trabalhadores da saúde, da enfermagem no Brasil, sejam enfermeiras e enfermeiros, sejam técnicos e técnicas de enfermagem, atendentes, parteiras. Essa luta que vem de longa data pelo piso nacional, pelo piso profissional. Coube ao Senador Fabiano Contarato, do PT do Espírito Santo, apresentar o projeto no Senado. Foi aprovado no Senado, na Câmara. Aqui na Assembleia Legislativa fizemos debates. Presidi Audiência Pública aqui, com a presença dos trabalhadores de enfermagem, com a presença do proponente da Lei, o Senador Contarato. Aprovamos requerimento aqui na Assembleia solicitando o apoio dos Senadores, dos Deputados Federais, enfim, essa luta bonita feita no Brasil todo resultou na aprovação da lei. Lamentavelmente, entidades patronais foram à Justiça, conseguiram

suspender temporariamente a aplicação do piso da enfermagem e quero crer que seja temporariamente, que o Supremo se reúna o quanto antes e decida o quanto antes a favor das enfermeiras, das técnicas, dos técnicos, enfim, de todas as profissionais de enfermagem do Brasil. É um piso menor que R\$ 5 mil para um trabalho relevante feito a favor da saúde do povo brasileiro, a favor da vida. É justíssimo que tenha um piso inicial para o Brasil inteiro, tanto para o serviço público quanto para a iniciativa privada, porque o trabalho é relevante, tem todo o nosso apoio. E fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo para que o Supremo Tribunal Federal, o mais rápido possível, reúna-se e mantenha esta lei, porque ela é importante para a saúde de todos nós. Importante porque ela é a favor da vida e a vida tem que estar em primeiro lugar. Quero também aqui, Sr. Presidente, falar da luta incansável dos servidores e servidoras. Hoje estamos com uma representação aqui de servidores e servidoras de diferentes categorias, acompanhando a discussão da LDO. O Projeto de Lei está na pauta. LDO é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai nortear a constituição do orçamento, que virá para cá até o final de setembro, que teremos até o final do ano para aprovar o orçamento para o ano que vem. A nossa posição, enquanto Oposição aqui, a LDO, o nosso voto será contrário. Por quê? Porque a LDO que o Governador mandou para cá está subestimando a receita do ano que vem em pelo menos R\$ 5 bilhões. Mas não é só isso. Não está prevendo recursos suficientes para áreas que são essenciais, como educação, saúde, segurança pública. Não está prevendo a reposição salarial para os servidores e servidoras, para os servidores civis, nem tampouco para o pessoal militar, nem para os servidores da ativa, nem para aqueles que estão aposentados. Ora, não podemos votar a favor de uma lei com esta redação, com estes termos. Nós da Oposição apresentamos as emendas trazidas aqui pela população, trazidas aqui pelo Fórum dos Servidores e Servidoras, não foram acolhidas. Portanto, vamos rejeitar, vamos votar contra essa LDO, porque ela não dará as diretrizes necessárias para que possamos aprovar um orçamento, no final do ano, que vai vigorar para o ano que vem, um orçamento que seja justo com a nossa população. Por isso, vamos votar contra. Vamos votar contra por que também? Porque o Governo está prevendo fazer uma renúncia fiscal de R\$ 16 bilhões para o ano que vem. E ainda quer fazer a isenção fiscal, colocando-a sob sigilo para que nenhum paranaense conheça as empresas que serão

beneficiadas. Mas 16 bilhões para quem? Para grandes empresas multinacionais. E esse dinheiro faz falta para a educação, para a segurança, faz falta para a saúde, faz falta para a assistência social, faz falta para recuperar o salário dos servidores, salários corroídos pela inflação dos últimos anos. Inclusive aprovamos aqui na Assembleia a Lei 18.493 de 2015, estava aqui, votei a favor dessa lei, ela passou por unanimidade, era 8.53% de reposição salarial. O Governo pagou os 6.29, deixou de pagar o restante, falta pagar 3.39% de reposição para os servidores do Estado. Deveria ter pagado em janeiro de 2017. Não pagou. Está devendo. Agora o Governo entrou com embargos de declaração e o TJ julga, hoje à tarde, julga o que chamamos de incidente de resolução de demandas repetitivas, porque várias entidades entraram na Justiça, vários servidores ingressaram na Justiça e agora o TJ quer unificar isso, mas já está pacificado no Tribunal de Justiça que o Governo deve e deve pagar desde janeiro de 2017 para cá. E o que é que o Governador está propondo? Remodelar isso, porque ele quer pagar da decisão, após a decisão do TJ para cá. Ele quer pagar de dezembro de 2021 para cá. Mas ele deve pagar desde janeiro de 2017 para cá, porque é em janeiro de 2017 que devia ter já pago aos servidores essa parcela de 3.39 que não foi paga. Então, assiste razão aos servidores e servidoras que aqui comparecem na Assembleia, na tarde de hoje, dizendo: *Governador Ratinho Junior, pague o que deve aos funcionários do Estado*. E tem também a reposição salarial, a data-base deste ano, 12.13%. Já devia ter pagado em maio, não pagou, está devendo, precisa pagar. E não é por falta de dinheiro. O Estado terminou o ano passado com um excesso de arrecadação da ordem de R\$ 9 bilhões. A estimativa é que vai terminar este ano com uma arrecadação a mais do que a que estava prevista, da ordem de 8.8 bilhões. Dinheiro tem. O Governo decidiu politicamente beneficiar aqueles que são ricos, grandes empresários e desprezar quem trabalha, quem é trabalhador, quem é trabalhadora, inclusive os trabalhadores do serviço público. Isto está errado no Governo. Precisa pagar o que deve aos servidores e servidoras. Precisa fazer as promoções e progressões, inclusive relativas a 2021, que não foram implementadas, para todos os servidores e servidoras que têm direito. Então, assiste razão aos servidores e servidoras do Paraná, que estão indignados, estão revoltados e que aqui comparecem em uma representação, na Assembleia, para solicitar o

apoio desta Casa. Por isso, mais uma vez, quero dizer aqui que nós da Oposição não concordamos com esta LDO que está para ser votada no dia de hoje. O voto da Oposição será “*não*” a esta LDO, porque ela é injusta com o povo do Paraná e com os servidores do nosso Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Delegado Jacovós. Declina. Deputado Soldado Adriano José, pelo PP, no horário das Lideranças.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Adriano José (PP); Soldado Fruet (PROS); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados e público que nos assiste, subo aqui à tribuna desta Casa de Leis bastante triste na data de hoje com o que vou relatar aqui. Foi travado aqui nesta Casa recentemente, o alto comando da Polícia Militar, que trabalhou tanto para que fosse votado aqui nesta Casa de Leis um Projeto de Lei que se chama QOA, Quadro de Oficiais Auxiliares da Polícia Militar. Esse Projeto veio aqui para esta Casa e começaram todas as tratativas e lutas do comando-geral para que votássemos este Projeto de Lei. Pois bem, esse Projeto de Lei começava lá em seu art. 1.º querendo extinguir um quadro que já existe, que é o QEOPM, que atende toda a base da Polícia Militar, do soldado ao subtenente. Por que eles queriam extinguir o QEOPM? Porque o alto comando da Polícia Militar, com o comandante e uma minoria de oficiais, eles querem as vagas de major, tenente-coronel e coronel do QEOPM para o quadro deles, que é o QOPM, que é o quadro do atual Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Hudson. Então, eles queriam essas vagas do QEOPM para o quadro deles, por isso queriam extinguir o QEOPM. Pois bem, lutamos e conseguimos avançar aqui nesta Casa de Leis, com muitos Deputados aqui que nos escutam, e conseguimos manter o QEOPM, não iríamos extinguir o QEOPM, atendendo a todos, e iríamos aprovar o QOA, que o comando-geral tanto queria a aprovação do QOA. E o que iríamos fazer? Iríamos apresentar emendas para melhorar o QEOPM, como, por exemplo, a idade para ingresso no QEOPM, que eles alegavam tanto que travava o quadro, então iríamos

aumentar de cinco para 15 anos o tempo de ingresso para o QEOPM. O QOA, que é um projeto importantíssimo, porque valoriza os nossos 1.^{os} Sargentos e os nossos Subtenentes, que dedicaram as suas vidas para ajudar a construir o que é hoje a Polícia Militar do Estado do Paraná, e também iríamos apresentar algumas emendas que iriam melhorar o QOA, como, por exemplo, o nosso 1.^o Sargento e o Subtenente, quando eles atingissem 35 anos ou quando a compulsória os atingisse, eles serem promovidos a uma graduação acima, então, no caso do 1.^o Sargento, ser promovido a Subtenente, e o nosso Subtenente ser promovido a 2.^o Tenente. Um avanço histórico para a base da Polícia Militar do Estado do Paraná. A Polícia Militar do Estado do Paraná estava em festa, aguardando a votação deste Projeto e fomos pegos de surpresa que o Comandante com o alto comando esteve aqui nesta Casa em reunião com o nosso Presidente e com o 1.^o Secretário e decidiram retirar este importante Projeto de pauta sem consultar a Base, sem conversar com a Base e muitas vezes sem conversar com muitos Deputados aqui que defendem este Projeto. Fizeram uma definição por todos nós, por todos os Deputados que queriam votar este Projeto. E estou indignado, como toda a tropa, como toda a base da Polícia Militar com esta covardia do Comandante-Geral da Polícia Militar e do alto comando e até mesmo, Presidente, não consegui entender por que o senhor retirou este Projeto de pauta, um Projeto importantíssimo para nós, para a base da Polícia Militar! Um retrocesso para a Polícia Militar! Tanto que esperamos a votação desse Projeto e hoje não será votado esse Projeto. Polícia frustrada, triste, da mesma forma com que eu e muitos Deputados aqui hoje estamos frustrados e tristes. Mas, não é de causar estranheza para nós, policiais militares, já que o nosso alto comando e o comando da Polícia Militar estão tão preocupados com a Polícia Militar, deveriam fazer este mesmo *lobby* e se preocuparem com a carga horária dos nossos policiais, que estão morrendo lá na ponta, que exigem e querem uma carga horária justa para trabalhar. Vocês viram a luta que foi para aprovarmos um Projeto para os nossos Praças poderem pilotar, se não é o apoio dos Deputados desta Casa, Deputados e Deputadas, não teríamos aprovado esse Projeto; e, mesmo depois de aprovado, o comando, o alto comando fizeram todo um *lobby* na Casa Civil para que não fosse sancionado pelo Governador, mas o Governador, corajosamente, sancionou esse Projeto. Muitos vão dizer:

Aprovamos um Projeto para 10, 15 Praças poderem pilotar. Mas temos que analisar o que está por trás desse Projeto, que é a luta que precisamos ter nesta Casa de Leis e dentro da política para fazer com que os Praças sejam atendidos e sejam reconhecidos. Já que os senhores estão preocupados assim com a base da Polícia Militar, quero trazer uma notícia que os senhores já sabem, os nossos postos da Polícia Militar Rodoviária praticamente todos fechados no Estado do Paraná. Não temos policiais rodoviários nos postos da polícia, tudo fechado, não temos atendimento para a nossa população. E daí vão dizer que a culpa é nossa, dos políticos, vão dizer que a culpa é do Governador – para isso o Governador já colocou um Comandante-Geral e um alto comando, para resolver esses problemas. Inclusive, este Projeto aqui nesta Casa de Leis que iria ser votado hoje, tenho certeza de que o Governador não sabe! Tenho uma reunião com o Governador e vou levar para ele esta covardia que foi feita com a Polícia Militar na data de hoje. Mas quero dizer para os nossos policiais militares da base da polícia, os nossos 1.^{os} Sargentos e os Subtenentes, que na data de hoje foram frustrados da mesma forma que estou frustrado e muitos Deputados aqui que iriam apresentar emendas neste Projeto de Lei para valorizar a base da polícia. Enquanto estiver aqui nesta Casa de Leis, vou continuar lutando, mesmo não sendo aceito pelo alto comando da Polícia Militar e pelo comando da Polícia Militar enquanto Deputado, pelo fato de ser um Soldado da Polícia Militar, vou continuar lutando, mesmo que seja uma areia no deserto, vou continuar lutando com muita seriedade e com muita responsabilidade para que possamos fazer os enfrentamentos necessários para defender principalmente a base da Polícia Militar, que sempre foi esquecida, sempre foi abandonada, que deveria ser respeitada pela própria casa, pela própria instituição e aqueles que estão à frente da polícia para respeitar a base e infelizmente não respeitam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, amigos que nos acompanham por meio da *TV Assembleia* e do

YouTube, meus amigos e minhas amigas servidores públicos do Estado do Paraná, boa tarde a todos. Em 2018, o então Governador Ratinho Junior falou que iria valorizar os servidores públicos do Estado do Paraná. Propagandas e falácias! A realidade está aí, três anos e meio e uma desvalorização total. Senhor Presidente, na LDO que será votada hoje não está prevista a data-base para o ano que vem, então, o meu voto é “*não*”, com certeza será “*não*”. Mas, vamos lá! O Governador Ratinho Junior sabe de tudo o que acontece aqui nesta Casa, sabe de tudo, meu colega Adriano José! Ele sabe. O comando-geral recebe ordens dele. Infelizmente, o comando-geral é um cargo político, ele recebe ordens dele! Então, ele sabe disso, sim. Mas, o que vejo é que o Governo do Estado, o Governador Ratinho Junior, não respeita os servidores públicos do Estado do Paraná, de forma alguma, qualquer servidor público, policial, saúde, educação, de nenhuma maneira, nenhum ele respeita. Parcelou uma data-base em 2019 de tanto brigarmos, parcelou uma data-base, já *caloteou* dizendo que não tinha dinheiro para pagar a data-base, mas tem uma questão de ajudar umas empresas, em mais de R\$17 bilhões. Então, de onde ele tira esse dinheiro? Na propaganda do Governo dele, ele diz que está reduzindo o crime. Mentiroso! Reduzindo o crime onde? Estamos em uma defasagem de investigadores, tem concurso feito, é só chamar. Delegados não tem, fecharam delegacias, escrivães não tem. Como? Os que têm estão sobrecarregados de serviço. Agora, uma surpresa, a LDO será votada e não tem a previsão da data-base. Data-base, Governador Ratinho Junior, não é aumento de salário, como o senhor gosta de propagar nas suas propagandas enganosas. Data-base é reajuste inflacionário. A última data-base que o servidor público teve – um leite valia R\$ 0,90, hoje está R\$ 9,00. O poder de compra do servidor público caiu. É um absurdo termos que fazer *vaquinha* para ajudar servidores públicos, com cesta-básica, com remédio, com saúde. Uma vergonha neste Estado do Paraná, Senhor Presidente. Uma vergonha! Uma vergonha! Sou Soldado da Polícia Militar e me sinto envergonhado de estar aqui hoje, falando isso. Acreditei nesse Governo que aí está. Quando ganhei a eleição, fui lá oferecer o meu apoio a ele. Mas infelizmente a caminhada dele mostrou o que ele é, o caráter dele, um mentiroso, um demagogo, um covarde para o servidor público do Estado do Paraná, porque toda vez, meu amigos, que falamos aqui sobre data-base, ele vai à imprensa e fala que terá que

aumentar imposto, para dar aumento para os servidores públicos, jogando a população contra nós. Temos família, temos filhos, queremos dar uma vida digna para a nossa família. Mas esse Governo que aí está não nos valoriza, não merece o nosso serviço, o nosso trabalho. Diariamente, recebo mensagem de policiais desanimados, depressivos, perderam o poder de compra. Agora, apresentaram uma porcaria aqui, uma tabela e agora perderam a vontade de subir na carreira. De Cabo para Sargento vai subir R\$ 80,00, uma vergonha. Foi votado aqui nesta Casa, brigamos, desde 2019 estamos brigando com esse Governo, para valorizar os servidores públicos do Estado do Paraná. Até hoje, em nenhum momento, ele nos valorizou, a não ser nas propagandas enganosas dele. Ele teve a *cara de pau*, no Dia do Soldado, de colocar aquela carinha, aquele sorriso falso dele, falando parabéns ao Dia do Soldado. Vergonhoso, *cara de pau*. Então, Sr. Presidente, o meu voto aqui é “*não*” para essa LDO. Peço o apoio aos demais Deputados, que venham conosco, valorizem o servidor público do Estado do Paraná, deem uma esperança, votem “*não*” a essa LDO, para que ela volte como queremos. Pelo menos um sinal de uma data-base para 2023. Podemos fazer isso aqui nesta Casa, fazer justiça aos servidores públicos do Estado do Paraná. Outra coisa, Sr. Presidente, é sobre o TAF. Tem uns colegas meus que estão, aqui, vieram de longe. Tenho que dar uma resposta a vocês, meus amigos. Protocolei na semana passada um pedido para que o Governo, em vez de abrir um concurso público, novamente, apenas um segundo TAF, o concurso já está feito. O Governo diz que sim, mas o que me estranhou foi que a bancada da UFPR, dizendo que tem uma tal de insegurança jurídica. Para mim, eles querem ganhar dindim com um novo concurso, essa é a realidade. Querem ganhar dinheiro. Que insegurança jurídica? O concurso está feito, está feito o concurso, é só fazer um segundo TAF. Para colocar mais gente na rua, terá que abrir um novo concurso? O Governador pode muito bem dar uma *canetada* e reverter isso. Que faça somente um segundo TAF e coloque mais quase 500 policiais na rua, policiais e bombeiros na rua. É isso o que estamos pedindo aqui, em resposta aos meus amigos que vieram de longe, sobre essa situação. Então, foi protocolado e a resposta veio. O Governo diz que sim, mas a UFPR diz que tem uma tal de insegurança jurídica. Sabemos muito bem que a tal da insegurança jurídica, eles querem abrir um novo concurso para arrecadar mais.

Com toda a certeza é isso. Senhor Presidente, vamos entrar em recesso. Desejo a todos os meus amigos...

Deputado Professor Lemos (PT): Soldado Fruet, antes de você nos desejar sucesso, quero pedir um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Ok, pois não.

Deputado Professor Lemos (PT): Primeiro, para parabenizar a sua atuação como Deputado, defensor do interesse público, defensor da segurança pública, defensor dos servidores e servidoras do nosso Estado. Um parceiro de todas as horas. Lembrar também de um Projeto que escrevemos juntos, uma PEC, para disciplinar a carga horária máxima da Polícia Militar, dos Bombeiros Militares do Estado do Paraná. Os demais servidores são servidores civis, que têm como carga máxima por semana 40 horas, mas a polícia não tem carga horária definida. Portanto, você encontra policiais e bombeiros trabalhando em uma carga horária desumana, para além de 60 horas. Já encontramos casos aqui de até de 80 horas por semana. Então, esse Projeto de nossa autoria é um Projeto relevante e precisamos aprová-lo. Quero fazer um apelo aqui a todos os Deputados e Deputadas, que assim que retomarmos os trabalhos na Assembleia, que possamos aprovar essa PEC, essa emenda constitucional, para inserir lá no artigo 34, da Constituição do Estado do Paraná, e no artigo 27, a carga horária máxima de 40 horas por semana para o pessoal militar, como é em alguns Estados. Um exemplo aqui perto é Santa Catarina. O que excede a isso o Estado remunera com hora-extra ou, então, dá também descanso para o policial e para o bombeiro. Então, fica aqui também registrada a minha admiração pelo seu trabalho, que é um trabalho bonito e relevante. Às vezes, Vossa Excelência fica nervoso, mas está coberto de razão. Parabéns.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Obrigado, Professor, Deputado. Quarta-feira é a Independência do Brasil. Entrei nesta Casa de Leis aqui com uma independência, independente. Para você atender ao povo paranaense, a sua base é o povo. Você tem que trabalhar para o povo aqui dentro desta Casa, afinal de contas, estamos indo para rua para pedir voto para eles. Não estou indo no Palácio para pedir voto para o Governo, para o Governador.

Estou indo na rua para pedir apoio para eles, para continuarmos o trabalho. Acredito que é isso que tem que ser. Um Deputado tem que ser independente, para defender aquilo que acredita aqui dentro desta Casa de Leis. Mais uma vez, Sr. Presidente, quero agradecer imensamente a sua colaboração. O senhor ter deixado entrarem os nossos colegas aqui para participar da Assembleia. Sei que a segurança é acima de tudo, mas somos policiais militares, somos trabalhadores honrados, honestos, que levamos esse Estado no peito e nas costas. Então, merecemos respeito, pelo menos o mínimo de respeito, de ter os deixado assistirem a nossa plenária aqui. Muito obrigado mesmo, Sr. Presidente, por ter atendido ao nosso pedido. Meus amigos, minhas amigas, enquanto estiver nesta Casa de Leis, a minha voz será a de vocês aqui nesta plenária. Sou um soldado militar. Sei que na PMPR existe hierarquia e disciplina, mas a hierarquia e a disciplina nunca serão chicote... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Sempre falo que hierarquia e disciplina não serão nem chicote, nem mordança aqui. Vou falar por vocês, pela policiada, pelos bombeiros, pelos servidores públicos do Paraná que falo aqui. Muito obrigado. Deus abençoe a vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Vou pedir um pouquinho de silêncio à Mesa, gente, por favor, Presidente, pede silêncio, por favor, para podermos falar, está atrapalhando um pouquinho aqui. Pode aumentar o som um pouquinho. Aumenta o som um pouco, aqui, por favor. Estou meio rouco hoje. Obrigado. Alô, alô, alô! Vamos lá. A minha pauta de hoje aqui, vou ter que falar um pouquinho sobre a continuidade da arbitrariedade e das ações do STF e do TSE. Até quando vamos ter que aturar esse Poder invadindo os outros Poderes? Até quando?

Agora o Digníssimo Ministro Alexandre de Moraes determinou que quem for votar não pode estar acompanhado do telefone, o celular, tem que deixar na bancada. De onde ele tirou isso? Por acaso agora eles estão fazendo leis? Quem tem que fazer lei para isso é o Congresso Nacional, não é o Tribunal Superior Eleitoral, não é o STF. Isso é uma determinação arbitrária. Todo mundo tem o direito de ir votar com o seu celular, até porque a pessoa pode levar lá a colinha para votar, e se a pessoa quiser tirar uma foto do voto ela pode tirar, é o direito dela, o sigilo dela. Isso é uma vergonha. Agora querem limitar as pessoas que têm arma, que não podem chegar perto dos locais de votação com arma. Como, se a pessoa tem um porte de arma, se ela é liberada para usar arma? Então, a lei não vale mais nada? O que vale é a ditadura do Judiciário? Aí pegamos o Ministro Fachin, que é um garoto de recado do Lula, do PT, o Lula foi outro dia em um palanque dizer as besteiras que ele fala sempre, dizer que o Bolsonaro quer que todo mundo ande armado, que quer liberar arma, quer liberar aquilo. É um perfeito ignorante esse sujeito, ele quer, sim, como ele fez, ele desarmou o povo de bem e deixou a bandidagem muito bem armada, aos que votam para ele, o crime organizado, o PCC, o Comando Vermelho, os bandidos com arma à vontade, o cidadão de bem ele não quer que tenha arma. Aí o Fachin, ouvindo o pedido dele e do PT, vai lá e limita o acesso a armas, permitido por Bolsonaro em decretos. Aí ele fala que por motivos aqui de Política, para não aumentar a violência então tem que limitar. Ele é tão ignorante que nem sabe o quanto que demora quando você compra uma arma até liberar essa arma, pode ser a pessoa, pode ser um CAC, ou um cidadão, demora muito. Então, não vai atrapalhar nada, Fachin. Vai ler, vai se informar, pare de ser cupincha e garoto de recado do ex-presidiário condenado Lula, tenha vergonha na cara. Para mim, quem defende ladrão é ladrão também, quem defende bandido é bandido também. Um homem que saqueou o Brasil, que não podia ser candidato, se fosse um País minimamente sério, foi condenado em três instâncias. Aí esse mesmo Fachin, a bela adormecida acorda e fala: “Ah, não podia ser julgado em Curitiba”. É um perfeito palhaço, não é digno da posição que ocupa. Acho bom até que o melhor apoiador nosso de campanha, nosso cabo eleitoral, o melhor é o ex-presidiário, só fala besteira, vive com a garrafinha de cachaça, bebendo nos palanques e falando besteira. Outro dia, outro dia teve a *cara de pau* de dizer que o agronegócio é

fascista e direitista. Ele não sabe que a pinga que ele bebe vem do agronegócio, a cerveja que ele bebe vem do agronegócio, a comida que todos comemos vem do agronegócio. Então, qualquer cidadão normal, que não é o caso dele, ia bater palma para o agronegócio e agradecer, porque é o agronegócio que sustentou o Brasil durante a pandemia, que sustentou a nossa economia. E aí põe um sujeito desse, um desclassificado desse em liberdade, para ficar vomitando as besteiras, as asneiras de um semianalfabeto como ele é. O que ele mais sabe fazer é roubar e enganar o povo. Bolsonaro é o melhor Presidente que o Brasil já teve. Os ignorantes podem vaiar a vontade, é só estudar um pouquinho, vão estudar um pouco, vão estudar um pouquinho... (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, fala com o Tadeu Veneri aí, oh!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Só reveja o meu tempo, Presidente, por favor. Não tenho pressa para falar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou recompor o seu tempo, só peço, por favor, peço às galerias que se mantenham aí em silêncio. Ok, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Presidente. Defendo com muito orgulho desde o primeiro dia do meu mandato até agora o Governo Bolsonaro, por ser um Presidente honesto, patriota, e que respeita o povo e que ama o povo. Por ser o Presidente que defende a bandeira verde e amarela, enquanto o outro, o ex-presidiário, é contra o verde e amarelo, falou que é brega e prefere a cor vermelha, da bandeira comunista, que vem massacrando os povos onde dominam. Lamento muito que as pessoas não se informam o que esse doente quer fazer no poder aqui. O que ele apoia? O Governo da Nicarágua que está expulsando as igrejas, o Governo de Cuba, Venezuela, é essa democracia que esse presidiário bate palma e colocou dinheiro nosso lá para sustentar as ditaduras. É que esse povo que aplaude ele

nunca viveu em um País sem liberdade. Espero que não vivam, e não vão viver, porque aqui no Brasil o povo é Bolsonaro, o povo é brasileiro. (Manifestações nas galerias.) Nós, Presidente Bolsonaro... Aumenta o som aí, por favor, gente. Aumenta aí. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, por favor, as galerias. Deputado Tadeu, *pela ordem*.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem. Pela ordem*, Sr. Presidente. Senhor Presidente, faço um pedido aqui para as galerias, vamos deixar o Deputado Arruda terminar de falar, podemos não gostar, mas deixem o Deputado Arruda terminar de falar. Foi um pedido que fiz inclusive para que todos pudessem vir aqui, fomos atendidos pelo Presidente. Deixem o Deputado Arruda terminar de falar, faltam três minutos, terminou de falar, manifestamo-nos, aí toca a vida, senão vamos ficar nesse vaivém e não termina o negócio nunca. Então, deixa o Deputado terminar de falar, quem gostar, gostou, quem não gostar, tudo bem, toca a vida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Obrigado, Deputado Tadeu.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Deputado Tadeu. Vejo que temos aqui hoje a galeria dividida, e vemos a diferença de quem é direita e quem é esquerda pela educação. Quando alguém de esquerda vem falar aqui ninguém vaia, a direita fica ouvindo porque respeita. Agora, a esquerda, cheia de ódio, não aguenta ouvir o contrário, eles não aceitam ouvir o contrário, tentam de todas as formas calar pelo grito, pelo ódio, todas as manifestações de esquerda são vandalismo, pneu queimado, prédio público atacado, policial atacado. Enquanto a direita, com milhões e milhões de pessoas nas ruas, como teremos dia 7 aqui, é um exemplo de manifestação, tem sempre alguém fazendo uma oração, o Hino Nacional, as pessoas com a cor da nossa pátria, verde e amarela, defendendo a nossa liberdade, o Brasil e o Presidente mais patriota e democrático que este País já teve. Vejam as mudanças que este Brasil já teve neste Governo. O Governo anterior nada fez, nenhuma reforma fez, com medo, só saqueou dinheiro público, e neste Governo tudo está sendo

entregue, é água para o Nordeste, é a ponte que liga o Acre, são rodovias, ferrovias, mesmo pós-pandemia. Isso é Governo sério, que não tem conchavo político, só tem Ministros técnicos e não bandidos como o PT colocou no poder, que todos os Ministros do PT foram presos. Olha, o que tenho a dizer aqui é que a mídia esquerdista tenta de qualquer forma achar um crime para o Bolsonaro e não consegue. Agora, arrumaram dizendo que a família Bolsonaro comprou não sei quantos imóveis em 100 anos. Pegaram o irmão, o tio, o avô, todo mundo da família com o nome Bolsonaro. É tão ridículo, tão medíocre, tentar culpar um homem que tem 30 anos de vida pública e nenhum processo sequer por desvio de dinheiro, nenhum, é o único que tem isso. É vergonhoso, realmente, o que essa *Rede Globo*, *UOL* têm feito. Cada dia passa mais vergonha. Cada dia fica mais humilhada. Agora, a revolta da esquerda é o seguinte: alguém viu o Lula na rua? Ninguém. Está escondido como um rato, porque onde vai é chamado de ladrão. Faz a campanha, chega ao aeroporto não tem ninguém esperando. Vai correndo para um evento em lugar fechado com o grupo do MST e pão com mortadela, fala as bobagens dele bebendo pinga e acaba o discurso. Enquanto o Presidente Bolsonaro aonde vai são milhares e milhares de pessoas. Esteva aqui, quarta-feira passada, foi uma multidão acompanhando ele. E aonde ele vai é uma multidão. O Lula só tem número na pesquisa comprada. Nas ruas, o Lula não pode andar na rua. Ele continua preso e sempre será preso e chamado de ladrão pelo povo brasileiro. O povo brasileiro não aceita esse corrupto. Não aceita esquerda maldita. Não aceita o comunismo. Queremos um Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir. Mais um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Calma, tenho quatro minutos ainda para descontar o tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, Deputado. foi parado o seu tempo.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Está bom, não tem problema. Também já falei aqui bastante. Se fosse falar do Lula, o que esse cara já aprontou aqui

ficaria o dia inteiro falando desse sujeito ordinário que comandou o nosso País e que nunca mais estará no poder no nosso Brasil. Vamos ganhar de primeiro turno. E Dia 7 de setembro o povo brasileiro nas ruas lutando pela liberdade contra as arbitrariedades que estão acontecendo em nosso País e dizendo “*não*”. *Lugar de bandido é na cadeia. Luladrão na cadeia.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero aqui cumprimentar todos os servidores públicos que vêm acompanhar as votações no dia de hoje. Parabéns pela sua luta. Parabéns pelo seu empenho. Sabemos o quanto difícil tem sido a vida do servidor público nesses últimos seis anos. Independentemente do apoio que tenham dado a este ou aquele candidato, a este ou aquele candidato a Governador, a verdade é que hoje os servidores passam por um dos períodos mais difíceis de toda a história recente do Paraná. E a nossa obrigação aqui é acolhê-los e é por isso agradecemos a presença de todos. E chegamos a um bom termo, conseguimos fazer com que todos possam acompanhar a Sessão no dia de hoje. Quero aqui fazer duas referências, Sr. Presidente. A primeira lamentar o que aconteceu na última sexta-feira no Parolin. Independentemente da situação da pessoa que estava lá, houve uma morte de um rapaz de 17 anos pela Polícia. A mãe desse rapaz tentou acompanhá-lo, enquanto estava baleado agonizando, não conseguiu. Depois, hoje foram visitar, diversos órgãos foram visitar, inclusive aqui a Comissão de Direitos Humanos foi visitar o Gaeco. E volto a insistir, já falei isso ao Deputado Soldado Fruet, falei também ao Delegado Jacovós, que já deu parecer favorável, inclusive, ao Projeto, para que o Governo do Estado envie para cá, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, ou que aprovemos o Projeto que está nesta Casa de uso de câmeras corporais na Polícia Militar e na Polícia Civil. Isso retirará qualquer dúvida sobre versões dadas em situações como essa que aconteceu na última semana. Se a versão é “A”, se a versão é “B”, se a versão é “C” ou “D”, a mim, e acredito que a maioria das pessoas, faz pouca diferença. A verdade é que precisamos ter uma forma de comprovar essas versões que estão sendo dadas

e que temos tido uma quantidade de pessoas mortas muito grande. Isso, certamente, não é o caminho que queremos nem para a Polícia Militar, nem para a Polícia Civil, nem para aqueles que são cidadãos do Estado do Paraná e, nem tampouco para aqueles que são abordados e, por vezes, acabam sendo conduzidos para as delegacias. E o que me traz aqui, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, é a situação do Porto de Paranaguá. O Porto de Paranaguá, falei agora há pouco com o Deputado Tião, que, aliás, conhece bem o Porto. O Porto de Paranaguá está com a concessão do canal de acesso aquaviário, que está aqui em minhas mãos o processo de concessão, que deve acontecer ainda este ano. Esse processo fará, em um primeiro momento, Deputado Tião, com que o Porto, com a nova poligonal que está se pretendendo, e o senhor disse que foi retirada a PPI, mas o que temos aqui não é isso ainda, talvez tenha sido retirada na sequência. O documento que tenho aqui é recente. É o documento de poucas semanas ou poucos meses atrás. Ele tem o cronograma, que era o interesse do Projeto de fevereiro de 2021, aí faz as qualificações. E a previsão é que o leilão ocorra em dezembro de 2022. Qual é o problema de fazermos o leilão e passarmos o canal para a iniciativa privada, a administração do canal para a iniciativa privada? Estamos retirando, o senhor deve conhecer, Deputado Tião, diversas áreas, retroáreas do Porto. A poligonal do Porto está sendo alterada. E a avaliação que se faz é que o Porto que hoje arrecada 176 milhões passará a arrecadar R\$ 7,6 milhões. O Governador Ratinho, que até agora não se manifestou, é preciso que se manifeste. O Paraná irá perder novamente. Estou com toda a documentação aqui. A documentação é de 7 de maio de 2022, de três meses atrás. E se isso de fato acontecer, para o município de Paranaguá, Deputado Galo não está aqui hoje no Plenário, mas é um Deputado que sempre tem feito debates a respeito de Paranaguá, para o município de Paranaguá haverá um prejuízo muito grande. O Deputado Homero tem, constantemente, feito ponderações, embora tenhamos posições ideológicas bastante distintas, mas ponderações, já lhe concedo aparte, Deputado Tião, a respeito do papel do Tribunal de Contas do Estado nessas situações, Deputado Homero. Acredito que o Tribunal de Contas do Estado tem que se manifestar a respeito disso também. O Porto pode ser federal, mas a administração do Porto, que ainda é administração estadual, ela tem que se manifestar. Não é possível que

tenhamos estudos, e não estou dizendo que esses estudos estão absolutamente corretos, porque não sou técnico para dizer isso, mas não é possível que esses estudos tenham sido feitos sem que haja uma participação, inclusive, da população. As Audiências Públicas no processo devem ocorrer. Audiência Pública deve ocorrer agora em outubro. Estamos em pleno período eleitoral. Sabemos que nesse período setembro, outubro poucas pessoas estão acompanhando, inclusive em Paranaguá, inclusive aqueles que estão diretamente interessados, algumas das grandes empresas aqui dos armadores, diretamente interessados estão acompanhando. Então, fica aqui a preocupação. E quero relatar depois alguns pontos disso, mas antes quero passar ao Deputado Tião para que faça as suas considerações. Sei que o senhor falou que a PPI foi retirada, mas, no Projeto, Deputado Tião, esse que vou lhe passar posteriormente, quero lhe passar este projeto também, este que está aqui em minhas mãos, este aqui. Neste aqui ainda está, inclusive, o leilão. O leilão está cotado para acontecer aqui em dezembro de 2022. Tínhamos a pedra. Aqueles que não acompanham, mas é a pedra palangana. Aquela pedra que foi retirada, foi explodida a pedra, foi feito ao alargamento do canal para os navios Pós-Panamax que passarem a vir aqui, só podem vir hoje para Santos, passarem a vir aqui, só que teremos três outros Portos, Antonina, o Novo Porto, e o Paranaguá. E, talvez, com isso comecemos a perder receitas. Concedo-lhe um aparte e depois na sequência quero concluir.

Deputado Tião Medeiros (PP): Agradeço, bastante rapidamente, Deputado Tadeu, apenas para contribuir. Mas foi retirada a consulta pública tanto da alteração da poligonal, quanto do canal de acesso. Então, esse assunto está suspenso, está postergado, sem data remarcada. Mas concordo com a preocupação de V.Ex.^a, é um assunto que tem uma repercussão econômica no Estado, e precisa ser debatido com pluralidade, com amplitude, com todos os atores e personagens que têm relação direta, propriamente o Tribunal de Contas, a APPA, a Seil. Enfim, todos aqueles que têm direito de opinar. Mas é só para atualizar a informação que, de fato, foi retirado. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Tião, hoje o Porto fatura cerca de 170 milhões. Por essa lógica que estou colocando, inclusive estou aqui com

os novos berços que seriam retirados, cairia para 7,6 milhões. A avaliação dos portuários e dos sindicatos portuários é que se tivéssemos doze novos berços, o senhor conhece bem essa área, o novo Porto Guará e Pontal, porto que está para sair em Pontal, aumentaríamos na tabela 1, isso aumentaria para mais de R\$ 500 milhões/ano. Não entendo qual é a lógica de você privatizar o canal quando se pode ter a administração do canal ainda feita, da forma como temos hoje, principalmente porque agora será alargado. Teremos daqui a dez anos, o Deputado Romanelli dias atrás fez uma manifestação, a Ferroeste, a nova Ferroeste vai mudar o perfil do transporte de grãos, de mercadorias do sudoeste do Paraná, do Oeste do Paraná, do norte de Santa Catarina, e, também, do Mato Grosso. Será o principal corredor que teremos. Com o alargamento do canal, com o Pós-Panamax vindo para cá, o Porto de Paranaguá pode se transformar em um dos principais portos brasileiros, um dos principais portos do mundo. A lógica do Governo é totalmente contrária àquilo que se espera: é você *entregar de mão beijada* o que está sendo construído e pago por toda a população brasileira. Fico aqui, Sr. Presidente, também, com mais duas considerações e quero encerrar dentro desse período. Volto a dizer, agradeço a compreensão e a possibilidade de todos os servidores que estão aqui, o respeito que tiveram e que têm. São esses servidores que muitas vezes acabam escutando de forma... claro que não é bom escutar, muitas vezes as coisas que escutamos aqui. Mas parablenizo vocês. Por que que parablenizo? Porque o Deputado, candidato a Deputado, sempre está no meio do povo. É preciso que o Deputado eleito também esteja no meio do povo, não só na hora de pedir voto. Ele não pode ter medo da população. E essa população, para aqueles que não querem ouvir, para aqueles que não querem ver, para aqueles que não querem saber, é essa, essa parte do pessoal que está aqui, são vocês que fazem com que o Estado funcione. Talvez o Ratinho não saiba disso. Talvez o Governador não queira saber disso. Talvez o Governador prefira ter o superávit que teve ano passado de R\$ 8 bilhões para aplicar em outras coisas e não ter, Deputado Marcel, não queira ver que os servidores que estão hoje com um déficit, uma dívida de cerca de R\$ 4 bilhões, são quem carregam o Estado nas costas. Até quando? Até quando a educação, a saúde, a segurança pública, a pesquisa, as universidades, até quando vão aguentar? Quero dizer, Sr. Presidente, que

estaremos, independentemente de estarmos aqui ou não, sempre com os servidores. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Dependemos do serviço do servidor público. Sem isso não há Estado, não há Estado! É por isso, Sr. Presidente, que estive em reunião com as universidades na última semana, Deputado Arilson, vamos dar entrada em uma LGU, em uma ADI contra a LGU, para a LGU, ainda na primeira quinzena, porque é um absurdo alguns dos pontos que estão na LGU. E é nossa obrigação fazer isso. Se vai dar certo, não sei, mas temos que tentar. E para encerrar e para saudar todos os servidores que estão aqui, quero dizer também ao Deputado Arruda que não está aqui, que prefiro interferir para que as pessoas possam ouvi-lo – mesmo às vezes não gostando – pois certamente o Deputado Arruda, ano que vem, estará também na Oposição. Pelo menos na Oposição ao Governo Federal, porque o Presidente será Luiz Inácio Lula da Silva. Obrigado, Sr. Presidente. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde. Saudando o senhor, saúdo todos os Parlamentares, mas em especial, aqui, aos servidores do Estado Paraná. Pessoal que carrega literalmente o Estado nas costas. O Governo do Estado do Paraná ainda não compreendeu o papel do servidor, da servidora, mesmo estando na ativa, aposentado ou na reserva. São eles que fazem com que tenhamos serviço público ofertado para a população. Ficam aqui meus cumprimentos em deferência ao trabalho de vocês. (Aplausos.) Presidente, hoje vamos votar a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária. Essa lei que orienta a elaboração e a execução da LOA, que tem até o dia 30 de setembro para ser entregue a esta Casa. Quero chamar a atenção dos nobres Deputados e Deputadas, para a importância dessas leis. São as principais votações que ocorrem aqui, nesta Casa. São elas que dizem como, quando e onde o dinheiro público será empregado. Muita gente acha

que é o Governador que decide onde vai o recurso. Mas não! É esta Casa aqui que norteia ao aprovar as leis. Significa que esta Casa não pode abrir mão dessa responsabilidade, é uma responsabilidade constitucional amparada no art. 53 da Constituição do Paraná, que diz claramente que cabe à Assembleia esse papel. Entretanto, infelizmente, de forma triste, o Governador do Estado quase que vem usurpando as prerrogativas desta Casa. Por meio de projetos ruins tecnicamente e maléficos à população como é o caso dessa LDO. Faz isso ao impor um texto que veio ao Plenário, praticamente inalterado. A versão que a Secretaria da Fazenda entregou para esta Casa está sendo colocada como um Ctrl+C e um Ctrl+V, ao Plenário para ser votada. Ratinho tem recorrido, como nenhum Governador na história do Paraná, às alterações do Orçamento por decreto. Faz com que o Poder Legislativo seja subordinado ao Palácio Iguaçu. Para termos uma ideia do que estou colocando, neste ano, o Orçamento do Poder Executivo foi de 32,7 bilhões. Apenas nos dois primeiros quadrimestres o Governador Junior já publicou 192 decretos e a soma desses decretos chegou a 8,2 bilhões. Isso mesmo: o Governador Junior praticamente mudou 25% do Orçamento sem passar por esta Casa. De cada R\$ 4,00 que o Paraná arrecadou, R\$ 1,00 ele escolheu para onde ir sem ter o consenso ou o voto aqui dentro desta Casa. Governa sozinho, literalmente. Primeiro porque não tem equipe competente; segundo porque não ouve a Assembleia e nem o povo. Um Governo do tamanho do nome, Ratinho, infelizmente. Infelizmente o que temos hoje é um Governador que não ouve a população. Hoje a LDO vem aqui e não queria estar aqui, anunciar o voto da Oposição contra a LDO. Acho que poucas vezes, nesta Casa, houve um voto em contrário. Primeiro pela desconformidade técnica, segundo pela falta de discussão. Fiz um apanhado e pedi para minha assessoria levantar: existem seis mudanças apenas do texto original. Não acatou uma emenda da Oposição, mas também não acatou de nenhum outro Deputado. Criou no último item um agrupamento das emendas, tornando de forma autorizativa. Nem pertencente à LDO é esse grupamento de emenda autorizativa. Isso tem que ser feito na LOA. E pior do que isso, muito pior: o remanejamento que era autorizado por esta Casa para suplementação orçamentária de crédito suplementar, era de 5%. A proposta do Governador traz 15%. Nenhum Governador na história do Paraná teve 15% de remanejamento! É um cheque em branco. Se você somar as isenções que

estão não computadas com os 5% que o Ratinho tinha, ele já mudou 25% o Orçamento do Paraná. Se esta Casa autorizar os 15, mais as isenções, ele vai mudar em 40% ou mais o Orçamento sem conversar com o povo e com a Assembleia. Não é justo para o povo paranaense. E, para esta Casa, qual será o nosso papel? Bater carimbo a uma aberração dessa? Não dá! Esta Casa não pode se prestar a esse serviço e aprovar a LDO do jeito que está aqui: “Emenda autorizativa”. E aí o ponto principal, subestimando a receita, não contando a verdade. Uma vez que estão falando e alertando, para não chamar o Governador de mentiroso, está faltando com a verdade sobre os números. A LDO que veio ano passado só o ICMS eles falavam em R\$ 33 bilhões. Já chegamos a 25, falta um quadrimestre, vai dar 42 a 45, mais um ano de superávit de mais de R\$ 8 bilhões. Sabe por que que faz isso? Porque depois o excesso de arrecadação não precisa repartir com os Poderes e não tem discussão aqui dentro, usa para o que bem entender. E o que bem entender não inclui serviço para a população; o que bem entender não é aumento na segurança pública; o que bem entender não é aumento na saúde pública; o que bem entender não é melhor na educação; o que bem entender não é data-base, não é correção de salário; o que bem entender é propaganda e publicidade em ano eleitoral. Não dá para admitir um comportamento desse e a Casa avalizar esse método. Isso é administrativamente incorreto e vamos recorrer judicialmente à manobra feita pelo Governo do Estado. Técnicas legislativas errôneas, autoritárias, irracionais. Quem vai perder é o povo. E nós da Oposição vínhamos alertando pelo modelo que vem sendo feito. Mentiram a receita por três anos consecutivos. Vocês acham isso correto? Colocaram que a arrecadação do ICMS seria 33. Se não passar de 42, rasgo o meu diploma, rasgo o registro no Conselho de Administração e renuncio o cargo de Deputado, de tanta mentira que está sendo contada aqui dentro. A arrecadação do Estado ano a ano é aumentada e o Estado esconde o valor para poder usar o superávit disso tudo, por meio de crédito orçamentário, por meio de Decreto de excesso de arrecadação, por meio de cancelamento de dotação e outras técnicas mais. Cada vez mais o art. 53 da Constituição Estadual é interrompido, não é cumprido e ficamos aqui. Essa LDO é uma vitória da burocracia sobre a política. É uma vitória da técnica orçamentária irresponsável sobre a vontade do povo, sobre o que foi pregado no programa de Governo,

sobre a propaganda que passa na televisão. Aliás, vi a propaganda, ontem, no horário noturno, do Governo do Estado, que fala que é um Estado transparente. De transparente só tem o termo. O Portal de Transparência nem é alimentado no Governo do Paraná faz três anos. Não é verdade! É uma realidade maquiada. E aqui estamos discutindo uma peça orçamentária importante, onde sequer os números apresentados são verdadeiros. O Secretário previu um terreno de caos, não aconteceu. Interromperam a votação, esta Mesa que está aqui hoje, pediram para ser votado com mais tempo, por conta do que aconteceria com a arrecadação do Estado com as mudanças propostas pelo Governo Federal sobre o combustível. Nem teve por parte do Governo do Estado um indicativo de piora, ou seja, não discutiram nada. E estamos aqui, nesta segunda-feira, para votar o CTRL+C e CTRL+V do Secretário da Fazenda. Não dá para acreditar que vamos fazer isso com o povo paranaense. E mais do que isso: autorizar que seja aumentado de 5 para 15 o poder de remanejamento do orçamento do Estado. É melhor mudarmos o que é papel de Deputado Estadual se fizermos isso. Estaremos dando um cheque em branco para três itens principais sobre o que é gestão pública. Nunca vi isso. Tenho 12 anos de Assembleia, três e meio aí praticamente de mandato como Deputado, e trabalhei oito anos com assessoria parlamentar aqui nesta Casa. É a pior LDO de todos esses tempos, por inconsistência, por falta de transparência por verdade nos números. A única coisa que prova realmente a que ela veio é a pressa, é a forma como ela é debatida aqui dentro. E isso o Governador é bom. Tenho que reconhecer. Sou Oposição, mas tem coisas que o Governador é bom. Primeiro, em forçar a votação aqui. Segundo, em fazer propaganda. Terceiro, fazer de conta que não é com ele o problema. Vai ficar para o nosso colo a responsabilidade do Estado do Paraná, nos próximos anos, para esta Casa, se aprovar essa aberração. Não existe Estado no Brasil... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não existe Estado no Brasil que tenha um poder de remanejamento orçamentário de 15%. No Governo Federal

a praxe não passa de 5%, mas aqui no Paraná será 15%. Com as isenções já previstas, daremos aí um poder de remanejamento próximo a 40%. Este ano de agora ele mudou 25% do orçamento pela vontade própria. E o povo não foi consultado. E os seus representantes, que são os Deputados, não foram consultados. E assim ele fará. Se não teve data-base, agora que não terá. Se não teve aumento de recursos para as políticas públicas, muito pouco terá. Mas o que está garantido na LDO, o que vai ser garantido na LOA é a renúncia fiscal aumentada de 17 para 19 bilhões. Começou com 10... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Quero buscar sempre, pelo pouco tempo que estou como Líder do Governo, sempre fui um Deputado que dialoguei, sempre tivemos a maturidade para buscar o entendimento, sempre me colocando no lugar das pessoas. Estive, por quase dois anos, como Secretário da Administração e Previdência do Estado do Paraná, dialogando com os sindicatos, com o FES, porque é necessário. E já fiz, aqui nesta tribuna, e estava completamente lotada aqui, o apelo e o agradecimento aos nossos servidores estaduais. São eles que ajudam, sim, a carregar a força do nosso Estado em todas as áreas. Disse aqui que estamos de passagem, mas os nossos servidores ficam. Por isso que sempre me coloquei no lugar dos nossos servidores que tiveram dificuldades, prejuízos, e que isso é legítimo: a busca daquilo que é de direito. Ninguém aqui está fugindo da responsabilidade. Nenhum de nós Deputados aqui da Base está contra aquilo que é de direito dos nossos servidores, a data-base, reposições, quinquênios, anuênios, progressões, promoções, aumento também de efetivo. Mas precisamos entender que, nesses últimos quase três anos, tivemos algumas travas, algumas dificuldades de contratações, por uma Lei Federal, devido à pandemia, por aumento dos salários devido a uma Lei Federal que travou esse entendimento. Tivemos no meio desse caminho essa pandemia, que gerou uma crise econômica, uma crise sanitária imensa. E aqui quero, mais uma vez, saudar principalmente os nossos servidores da saúde, que foram fantásticos na linha de frente, correspondendo para salvar vidas.

Mas gera um descontrole que não vem apenas à culpa do Governo do Estado ou do Governador. Então, sempre buscamos esse entendimento. Sempre estamos, todos nós aqui Deputados, tentando achar soluções para que possamos dar o direito aos nossos servidores de serem correspondidos. Então, quero aqui, em nome de todos os Deputados da Base, dizer aos nossos servidores que não falta vontade de todos nós de acharmos as conclusões, as soluções, para que possamos pagar aquilo que é de direito de todos vocês, e que todo Estado do Paraná reconhece a dedicação, o trabalho exemplar que todos vocês fazem. Mas a política... é fácil subir à tribuna aqui se exaltar, trazer para o campo político agora no momento de eleições e tentar angariar votos nesse sentido, usando os nossos servidores. Isso não é legítimo! Não é ético fazer isso com os nossos servidores! Aqui tem que ter presteza, tem que ter honradez, tem que ser sério. Não usem os nossos servidores para fazer politicagem, porque governar é governar para todos. Governar o Estado do Paraná é governar para 11 milhões de paranaenses e aqui quero saudar novamente os nossos servidores que estão sendo lesados pela inflação, que não é o Governador que fez, mas que não deixaram de se dedicar por esses 11 milhões de paranaenses. Só temos a agradecer vocês, mas vocês precisam entender que existem algumas travas e tem muita gente que joga politicamente aqui os nossos servidores contra Parlamentares e contra a sociedade. Ou vocês acham também, os nossos servidores, que a sociedade também não pagou muito caro com isso, os nossos pequenos empresários e microempresários, donas de casas, quantos ficaram sem empregos também? Ainda estamos pagando em dia os nossos servidores, lógico, sendo lesados por uma inflação e tendo as suas dificuldades, mas centenas de milhares de paranaenses tiveram grandes dificuldades. Então, não é simples governar com queda de receita, com dificuldades e quero aqui mais uma vez, minha gente, estamos votando aqui a LDO e não a LOA! Não acabou ainda o Governo. Onde que a gente... Vossa Excelência, Mauricinho, como você diz Governador Ratinho, Mauricinho, na época do seu pai, os policiais passavam muito mais dificuldades, meu querido! Você sabe que é assim. Então, assim, abaixa... Se vocês estivessem tão bem, o seu pai estava melhor na pesquisa! (Manifestações nas galerias.) Então, quero dizer a todos os nossos servidores que não acabou...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, peço a atenção das galerias.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... estamos votando a LDO, a LOA, gente, é que vai definir os parâmetros, sim, orçamentários. Tem até dezembro para que tudo isso possa acontecer e estamos em busca desse entendimento para pagar a data-base, para pagar os 3,34% que é de direito de vocês. Não acabou ainda, gente! A contratação dos policiais, dos Delegados está acontecendo, mais 3 mil policiais também militares. Então, quero dizer a todos vocês que nós todos aqui Parlamentares da Base reconhecemos o trabalho dos nossos servidores e agradecemos, mesmo pagando na pele essa dificuldade de reconhecer que o Governo precisa trabalhar para toda a sociedade, para os mais de 11 milhões de paranaenses que também tiveram as suas dificuldades. Então, quero dizer a todos vocês que estamos, sim, em um entendimento para buscar resolver e solucionar os direitos sagrados de vocês, que são necessários e que todos sabemos do empenho dos nossos servidores. Então, venho aqui para dizer a todos que nós, Deputados aqui, não estamos fazendo politicagem em cima disso. Estamos tentando buscar a solução para contribuir com todos vocês. Era esta a minha fala, Presidente, e que queria relatar a todos os nossos servidores que honram o Estado do Paraná e que honram os mais de 11 milhões de paranaenses. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício

(CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(51 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Coronel Lee (PDC), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno e Cantora Mara Lima (REP), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno **(2 Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa:** Jonas Guimarães (PSD) **(1 Parlamentar).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 423/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que estipula sanções para indivíduos que cometam assédio contra mulheres ou que as exponham publicamente ao constrangimento; **Autuado sob o n.º 424/2022**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a inserção do símbolo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) para identificação de assentos especiais no transporte coletivo público urbano no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 425/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa de Apoio Estrela da Manhã, com sede em Jacarezinho; **Autuado sob o n.º 426/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública para a Associação Desportiva e Recreativa de Barbosa Ferraz; **Autuado sob o n.º 427/2022**, da Deputada Mabel Canto, que obriga as concessionárias prestadoras de serviços de telecomunicação a disponibilizar opção de cancelamento de contratos e alteração de planos de

serviços, por meio de aplicativos de atendimento ao consumidor, da mesma forma que disponibiliza as demais opções de atendimento; **Autuado sob o n.º 428/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública para a Associação Desportiva Assaí; **Autuado sob o n.º 429/2022**, dos Deputados Goura, Requião Filho, Professor Lemos, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin e Tadeu Veneri, que institui a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos (PERA) e cria a Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (CEAPO).

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos 7 Redações Finais. Faremos todas elas simbolicamente e agrupadas.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 328/2020, de autoria do Deputado Arilson Chiorato, que reconhece como Patrimônio Turístico do Paraná a letra e a música Bicho do Paraná, do músico e compositor João Lopes, *in memoriam*.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 563/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que institui o Dia Estadual do Café, a ser comemorado anualmente em 1.º de outubro.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 11/2022, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que altera o art. 28 da Lei Estadual n.º 14.037, de 20 de março de 2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei 132/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que insere no calendário de eventos turísticos do Estado do Paraná a Festa da Reforma Agrária: celebrando a cultura caiçara e camponesa, realizada anualmente no último sábado do mês de novembro, no município de Antonina.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 266/2022, de autoria dos Deputados Soldado Fruet e Alexandro Amaro, que institui o Dia Estadual do Cristão.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 275/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que insere no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu do município de Iguaraçu.

ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Lei 403/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 71/2022, que autoriza a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação aos produtores ou distribuidores paranaenses de etanol hidratado combustível, com fulcro no inciso V do caput e no § 5.º, ambos do art. 5.º da Emenda Constitucional n.º 123, de 14 de julho de 2022, e no convenio ICMS 116, de 27 de julho de 2022.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 21/2019, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin e dos Deputados Michele Caputo e Gilson de Souza (anexo o Projeto n.º 323/2019, do Deputado Gilson de Souza), que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação atualizada, por meio da internet, dos pacientes em fila de espera na rede pública estadual de saúde e de instituições conveniadas, prestadoras de serviços ao SUS, além de outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda Substitutiva geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ou, melhor, é a subemenda substitutiva.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Delegado Fernando, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Galo, Marcio Nunes, Nelson Justus e Ricardo Arruda? Deputado Marcio, o seu voto. Deputado Artagão.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, está *bugando* o sistema aqui. Aguarde um pouquinho, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Elio Rusch vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Meu voto é “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É o Deputado Marcio?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Deputado Marcio Pacheco...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Já votei, Presidente. Está tudo certo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44*

Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes e Ricardo Arruda (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral. Quarenta e seis votos, com o voto dos Deputados Elio e Marcio Nunes. Está aprovada a subemenda.**

ITEM 9 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 298/2021, de autoria do Deputado Gugu Bueno, que inclui no calendário oficial do Estado o Evento GP Cascavel de Ciclismo, a ser realizado no segundo final de semana de março. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Esportes. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.º Deputados, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Paulo Litro, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 298/2021.**

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 746/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 239/2021, que cria o Quadro de Oficiais de Administração (QOA) na Polícia Militar e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças Públicas e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Subemendas de Plenário aguardando parecer da CCJ. **Está retirado de ofício por não ter parecer da CCJ.**

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 405/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 72/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.945, de 20 de dezembro de 2021, e dá outras providências. (Serviço Público de Loteria no Estado do Paraná). Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de Urgência. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*não*”. Voto contrário, “*não*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança novamente pede aos Deputados da Base o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Paulo Litro, Plauto Miró e Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo*

*Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins e Soldado Adriano José (8 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 405/2022.**

Agora, vamos submeter ao voto a emenda na forma da subemenda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo novamente pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (7 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães e Soldado Adriano José (5 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovada a emenda na forma de subemenda.**

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 618/2021, de autoria dos Deputados Do Carmo, Boca Aberta Junior e Soldado Adriano José, que

concede o Título de Capital da Cachaça ao município Jandaia do Sul. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Mauro Moraes e Paulo Litro (11 Deputados).*]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 618/2021.**

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 112/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 473/2022, que altera e acresce dispositivos à Lei n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão e Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente os votos dos Deputados Cobra, Cristina Silvestri, Galo, Luiz Carlos Martins – votou –, Paulo Litro, Reichembach, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães e Soldado Adriano José (5 Deputados).*] **Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 112/2022.**

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 141/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 22/2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2023. Parecer favorável da Comissão de Orçamento na forma de substitutivo geral. Vamos submeter ao voto o Projeto na forma do substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição lamenta ter que encaminhar o voto contrário, por conta dos motivos já elencados na nossa fala.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, mais uma vez precisamos da nossa Base. Voto “*sim*”. Estamos votando a LDO, não a LOA.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro Araújo, seu voto, Luiz Carlos Martins, seu voto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Paulo Litro, Plauto Miró, Soldado Adriano. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados);* **Votaram Não:** *Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (8 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Plauto Miró, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (8 Deputados).*]
Com 38 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 141/2022 na forma do substituto geral. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Luiz Carlos Martins.)**

Item 15...

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Votei “sim”. Estou com problemas na máquina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, vamos registrar em Ata.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 186/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera o §28 do art. 1.º da Lei n.º 253, de 2 de

dezembro de 1954, para corrigir divisas do município de Bituruna. Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. **O Item 15 sai da pauta, por falta de parecer da Comissão de Fiscalização.**

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 210/2022, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia do Colecionador de Armas de Fogo e do Caçador, a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*não*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede para a Base voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, “*não*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): O Governo pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados, por favor, Alexandre Curi, Bazana, Cristina, Evandro, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Nunes, Michele Caputo, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano e Tadeu Veneri. Por favor, a pauta é muito extensa, vamos votar rápido, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, não estou conseguindo, Plauto. Não estou conseguindo votar. O meu voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado. Peço à assessoria que dê suporte ao Deputado Plauto.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O meu voto é “*não*”, Sr. Presidente, mas não está confirmando aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quem está falando?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Tadeu. Voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [***Votaram Sim:*** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); ***Votaram Não:*** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin e Professor Lemos (4 Deputados); ***Não votaram:*** Ademar Traiano, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Mabel Canto, Michele Caputo, Plauto Miró, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (13 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 4 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 210/2022. Trinta e oito votos com o voto do Deputado Plauto e 5 com o voto do Deputado Tadeu. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 360/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1326/2022, que altera o art. 2.º da Lei Estadual n.º 17.528/2013 na parte relativa à simbologia e denominação de cargos em comissão do Gabinete do Juízo das Comarcas de Entrância Inicial e do Gabinete de Juiz Substituto. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Amaro – o Alexandre Amaro votou –, Anibelli Neto, Jacovós, Evandro Araújo...

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): O meu voto é “*sim*”, Excelência. O voto é “*sim*”, não estou conseguindo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): ... Ricardo Arruda e Soldado Adriano. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Mauro Moraes e Soldado Adriano José (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 360/2022. Quarenta e nove votos, com o voto do Deputado Mauro Moraes. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 18 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 361/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1327/2022, que eleva a Comarca de Pontal do Paraná para Entrância Intermediária; cria uma Vara Judicial, um cargo de Juiz de Direito e os respectivos cargos em comissão de livre provimento; e altera os dispositivos que especifica, pertencentes à Lei n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Luiz Carlos Martins, Cristina Silvestri, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano, Soldado Fruet.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, voto “*sim*”, deu problema aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins e Soldado Adriano José (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 361/2022. Quarenta e sete votos, com o voto do Deputado Luiz Carlos Martins. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 19 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 363/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1329/2022, que cria cargos de Juiz de Direito da Turma Recursal e os respectivos cargos em Comissão de Livre provimento de simbologias 1-C e 1-D, e altera o anexo V da Lei n.º 14.277, de 30 de

dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli, Arilson Chiorato, Artagão, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Plauto Miró, Reichembach, Requião. Plauto Miró, o seu voto, por favor. Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Requião Filho e Soldado Adriano José (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 363/2022.**

ITEM 20 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 367/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público, Ofício n.º 848/2022, que altera o inciso VI e o *parágrafo único* do art. 2.º da Lei n.º 12.241/98 – Lei de FUEMPPR, Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Alexandre Curi, Deputada Mabel, Plauto Miró, Soldado Fruet? Voto independente do Deputado Soldado Fruet. Está antenado no telefone, pelo o que observo. É “*sim*”? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Votou Não: Requião Filho (1 Deputado); Não Votaram:* *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Mabel Canto, Soldado Adriano José e Soldado Fruet (9 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 367/2022. Com o voto do Deputado Soldado Fruet, 45 votos “*sim*” e 1 “*não*”. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 21 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 397/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei n.º 10.834, de 22 de junho de 1994, que cria o município de Marquinho, desmembrado do município de Cantagalo. Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. **O Item 21 sai da pauta por falta de parecer de Comissão.**

ITEM 22 – 1.ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2022, de autoria da Comissão Executiva, que homologa os Decretos do Poder Executivo n.ºs 11.571, 11.572, 11.573, 11.574, 11.575 e 11.576, que alteram o

regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tercílio, peço a Vossa Excelência que venha até a Mesa. Vamos votar ainda, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes Deputada Luciana, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nelson Justus. Deputado Nelson, Deputado Plauto, seus votos, por favor. Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Deputado independente. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Requião Filho e Soldado Adriano José (6 Deputados).*] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2940/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, sobre a viabilidade de construir trevo de acesso ou rotatória na PR-182, km 5.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como Expediente o item 23. Agora o 24.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Conforme acordo do Líder do Governo e autor, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimento n.º 2941/2022, do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, Sr. Everton Luiz de Souza, requerendo esclarecimentos sobre o aterro sanitário da Estre, localizado em Fazenda Rio Grande.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Deputado Goura, também outro requerimento. **Requerimento n.º 2942/2022**, do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Wagner Mesquita, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 2932/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 298/2021, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2927/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Desiree Larocca Estevam; **Requerimento n.º 2928/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a implantação, na cidade de Londrina, de uma Delegacia de Crimes Cibernéticos para atendimento das regiões Norte e Norte Pioneiro do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2929/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Cecestrino Ribeiro dos Santos; **Requerimento n.º 2934/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo esclarecimentos acerca da construção de uma trincheira na BR-376, no trevo de acesso ao Distrito de Iguatemi, no município de Maringá; **Requerimento n.º 2935/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo a construção de uma nova ponte na PR-281, no acesso ao Distrito de Lageado, no município de Rio Negro; **Requerimento n.º 2936/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Albary Baumel; **Requerimento n.º 2937/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Tamarozzi; **Requerimento n.º 2938/2022**, do Deputado Coronel

Lee, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração e Previdência, requerendo medidas para restabelecimento total do SAS em Cascavel; **Requerimento n.º 2939/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Eymard Pessoa de Oliveira; **Requerimento n.º 2943/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Antonio Ferreira Pinto; **Requerimento n.º 2944/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Sr. Rogério Helias Carboni, conforme especifica; **Requerimento n.º 2945/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, conforme especifica; **Requerimento n.º 2946/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, conforme especifica; **Requerimento n.º 2947/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Administração e Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, pleiteando a permanência como Macrorregião do Serviço de Assistência ao Servidor – SAS – Cascavel; **Requerimento n.º 2948/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, requerendo a base legal de instauração de Inquérito Policial Militar para investigar casos de confrontos policiais; **Requerimento n.º 2949/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo a inclusão da função de sanitarista (Bacharel em Saúde Coletiva) no quadro próprio de servidores da respectiva secretaria; **Requerimento n.º 2950/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, requerendo a permanência, em Cascavel, de todos os serviços médicos disponibilizados aos servidores públicos estaduais pelo Sistema de Atendimento à Saúde – SAS, em Cascavel; **Requerimento n.º 2951/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná,

Dr. José Laurindo de Souza Netto, sobre a possibilidade de alteração do art. 182 do Código de Normas do Foro Extrajudicial CNFE.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretora Legislativa para providências: Requerimento n.º 2930/2022, do Deputado Soldado Fruet e da Deputada Mabel Canto, requerendo a inclusão da Deputada Mabel Canto como coautora do Projeto de Lei n.º 411/2022, de autoria do Deputado Soldado Fruet.

Justificativa de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2931/2022**, do Deputado Coronel Lee, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 5 de setembro de 2022; **Requerimento n.º 2952/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 5 de setembro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra Sessão Ordinária de imediato, com a pauta já anunciada no Portal da Assembleia, antecipada do dia 6 de setembro de 2022, **Ordem do Dia:** 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 21/2019, 746/2021 e 405/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 618/2021, 112/2022, 141/2022, 186/2022, 210/2022, 360/2022, 361/2022, 363/2022, 367/2022 e 397/2022 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h46, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)